

ARAKEN DE ASSIS
MANUAL DOS
RECURSOS

10.ª EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

5.	Princípio do duplo grau na unidade do processo	78
5.1.	Fundamentos do princípio do duplo grau	80
5.2.	Base política do princípio do duplo grau	83
5.3.	Base técnica do princípio do duplo grau	86
6.	Princípio da taxatividade	89
6.1.	Recursos previstos na codificação processual	90
6.2.	Recursos previstos nas leis extravagantes	92
6.3.	Constitucionalidade das restrições à recorribilidade	92
6.4.	Exceções ao princípio da taxatividade	93
7.	Princípio da singularidade	95
8.	Princípio da fungibilidade	99
8.1.	Casos de dúvida objetiva	101
8.2.	Admissibilidade do princípio da fungibilidade	105
8.3.	Condições da aplicação do princípio da fungibilidade	108
8.4.	Efeitos do reconhecimento da impropriedade do recurso	111
9.	Princípio da dialeticidade	112
9.1.	Configuração da dialeticidade	112
9.2.	Fundamento da dialeticidade	114
9.3.	Requisitos da dialeticidade	115
10.	Princípio da voluntariedade	115
11.	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias	117
12.	Princípio da complementaridade	120
13.	Princípio da consumação	122
14.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	124
14.1.	Aplicação e evolução do princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	125
14.2.	Fundamento da <i>reformatio in pejus</i>	127
14.3.	Espécies de <i>reformatio in pejus</i>	129
14.4.	Limites da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	129
14.4.1.	Casos de inadmissibilidade da <i>reformatio in pejus</i>	130
14.4.2.	Casos de admissibilidade da <i>reformatio in pejus</i>	132
3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS		
15.	Distinção entre a admissibilidade e o mérito do recurso	137
16.	Juízo de admissibilidade	140
16.1.	Natureza do juízo de admissibilidade	140
16.2.	Competência para o juízo de admissibilidade	141
16.3.	Forma do juízo de admissibilidade	143

16.4.	Momento do juízo de admissibilidade.....	145
16.5.	Objeto do juízo de admissibilidade	147
17.	Juízo de mérito	148
17.1.	Natureza do juízo de mérito	148
17.2.	Competência para o juízo de mérito.....	148
17.3.	Forma do juízo de mérito	151
17.4.	Momento do juízo de mérito	151
17.5.	Objeto do juízo de mérito.....	152
17.5.1.	Relação entre o mérito da causa e o mérito do recurso.....	153
17.5.2.	Causa de pedir do recurso	154
17.5.3.	Pedido do recurso.....	157
4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS		
18.	Classificação das condições de admissibilidade.....	159
19.	Requisitos intrínsecos.....	161
19.1.	Cabimento	161
19.1.1.	Classificação dos atos recorríveis	162
19.1.2.	Correlação entre atos decisórios e recursos	170
19.1.3.	Equívocos do recorrente.....	174
19.2.	Legitimidade	175
19.2.1.	Legitimidade da parte.....	175
19.2.2.	Legitimidade do Ministério Público	179
19.2.3.	Legitimidade do terceiro.....	181
19.2.4.	Legitimidade do juiz e dos seus auxiliares	186
19.2.5.	Legitimidade do advogado	188
19.3.	Interesse para recorrer.....	190
19.3.1.	Utilidade do recurso	191
19.3.2.	Necessidade do recurso	199
19.4.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo	201
19.4.1.	Renúncia	202
19.4.1.1.	Distinção das figuras afins.....	202
19.4.1.2.	Natureza da renúncia	202
19.4.1.3.	Requisitos da renúncia	203
19.4.1.4.	Oportunidade da renúncia	203
19.4.1.5.	Efeitos da renúncia.....	204
19.4.2.	Desistência	205
19.4.2.1.	Distinção das figuras afins.....	205
19.4.2.2.	Natureza da desistência.....	206
19.4.2.3.	Espécies de desistência.....	206

19.4.2.4.	Requisitos da desistência.....	206
19.4.2.5.	Oportunidade da desistência.....	209
19.4.2.6.	Efeitos da desistência	210
19.4.3.	Aquiescência	212
19.4.3.1.	Distinção das figuras afins.....	212
19.4.3.2.	Natureza da aquiescência	212
19.4.3.3.	Espécies de aquiescência.....	212
19.4.3.4.	Requisitos da aquiescência.....	214
19.4.3.5.	Oportunidade da aquiescência.....	214
19.4.3.6.	Efeitos da aquiescência.....	215
19.4.4.	Depósito prévio da multa	215
19.4.5.	Inexistência de repercussão geral da questão constitucional	217
20.	Requisitos extrínsecos	218
20.1.	Tempestividade	218
20.1.1.	Quantitativo do prazo	221
20.1.2.	Contagem do prazo: termo inicial	222
20.1.3.	Contagem do prazo: natureza e ampliações.....	227
20.1.4.	Contagem do prazo: suspensão e interrupção	233
20.1.5.	Controle da tempestividade.....	237
20.2.	Regularidade formal.....	240
20.2.1.	Petição escrita	240
20.2.2.	Identificação das partes	243
20.2.3.	Causa de pedir ou fundamentação do recurso	244
20.2.4.	Pedido de reforma ou de invalidação	247
20.2.5.	Requisitos suplementares.....	248
20.3.	Preparo.....	252
20.3.1.	Dispensa do preparo.....	257
20.3.2.	Relevação da deserção	259
21.	Efeitos do juízo de admissibilidade.....	260

5. EFEITOS DOS RECURSOS

22.	Classificação dos efeitos dos recursos	265
23.	Efeito obstativo.....	270
24.	Efeito devolutivo	274
24.1.	Fundamento do efeito devolutivo	275
24.2.	Conceito de efeito devolutivo.....	277
24.3.	Espécies de devolução.....	278
24.4.	Objeto da devolução	279
24.5.	Órgão destinatário da devolução	279

24.6.	Exclusão do benefício comum através do efeito devolutivo	280
24.7.	Devolução das questões discutidas.....	281
24.8.	Devolução das questões de ordem pública	282
24.9.	Extensão subjetiva da devolução.....	283
24.9.1.	Espécies de litisconsórcio	284
24.9.2.	Fundamento e âmbito de incidência da extensão subjetiva	287
24.9.3.	Requisitos da extensão subjetiva	288
24.9.4.	Disciplina das despesas processuais	291
25.	Efeito suspensivo.....	291
25.1.	Fundamento do efeito suspensivo.....	293
25.2.	Conceito de efeito suspensivo	294
25.3.	Objeto do efeito suspensivo	295
25.3.1.	Efeitos dependentes da suspensão.....	296
25.3.2.	Efeitos independentes da suspensão.....	297
25.3.3.	Efeitos subordinados ao trânsito em julgado	298
25.3.4.	Efeito suspensivo reflexo.....	298
25.4.	Termo inicial e termo final do efeito suspensivo.....	299
25.5.	Extensão do efeito suspensivo.....	300
25.6.	Recursos suspensivos.....	301
25.7.	Recursos não suspensivos	303
25.8.	Concessão <i>ope legis</i> do efeito suspensivo.....	305
25.9.	Concessão <i>ope iudicis</i> do efeito suspensivo.....	306
25.10.	Antecipação dos efeitos da pretensão recursal.....	311
26.	Efeito substitutivo	312
26.1.	Fundamento do efeito substitutivo	313
26.2.	Conceito do efeito substitutivo	314
26.3.	Espécies de efeito substitutivo.....	314
26.4.	Objeto da substituição	315
26.5.	Efeitos da substituição	318

6. PROCEDIMENTO DOS RECURSOS NO TRIBUNAL

27.	Disposições comuns aos recursos e demais causas.....	323
28.	Função dos tribunais no julgamento dos recursos.....	323
29.	Função da jurisprudência dos tribunais: precedente	327
29.1.	Uniformização da jurisprudência no direito anterior	328
29.2.	Uniformização da jurisprudência no direito vigente	332
29.2.1.	Atributos da jurisprudência dos tribunais	333
29.2.2.	Incorporação da jurisprudência dominante em súmula	335
29.2.3.	Vinculação dos órgãos judiciários ao precedente.....	337
29.2.4.	Objeto da vinculação dos órgãos judiciários.....	339

29.2.5.	Revisão do precedente	343
29.2.5.1.	Competência na revisão do precedente	344
29.2.5.2.	Meios para revisão do precedente	344
29.2.5.3.	Requisitos da revisão do precedente	345
29.2.5.4.	Efeitos da revisão do precedente	347
30.	Fase da distribuição do recurso	348
30.1.	Registro do recurso no protocolo	348
30.2.	Distribuição do recurso	349
30.3.	Remessa à secretaria do órgão fracionário e conclusão ao relator	352
31.	Procedimento abreviado do julgamento dos recursos	353
31.1.	Objeto da decisão do relator	354
31.1.1.	Recursos excluídos da decisão singular	354
31.1.2.	Poderes do relator nas ações impugnativas e nos sucedâneos recursais	357
31.2.	Fundamentos da decisão do relator	358
31.2.1.	Recurso inadmissível	359
31.2.2.	Recurso prejudicado	359
31.2.3.	Recurso incongruente	361
31.2.4.	Recurso contrário à súmula ou ao precedente	362
31.2.5.	Recurso fundado em súmula ou em precedente	364
31.3.	Momento da decisão do relator	365
31.4.	Forma da decisão do relator	366
32.	Fase inicial do procedimento completo	366
32.1.	Atribuições gerais do relator	367
32.2.	Abertura de vista ao Ministério Público	369
32.3.	Requisitos da exposição do relator	370
32.4.	Conclusão ao revisor	372
32.4.1.	Subsistência do revisor	373
32.4.2.	Atribuições do revisor	373
32.4.3.	Consequências da falta de revisão	374
32.4.4.	Consequências da falta de participação do revisor no julgamento	375
32.5.	Designação de dia de julgamento	375
32.6.	Publicação da pauta de julgamento	377
32.6.1.	Caráter público ou reservado da sessão	378
32.6.2.	Requisitos da publicação	378
32.6.3.	Prazo de espera da sessão	380
32.6.4.	Afixação da pauta na entrada da sala de sessões	382
32.6.5.	Consequências do adiamento	383
32.6.6.	Vista dos autos na secretaria	383

32.7.	Vinculação do relator	384
32.8.	Distribuição de cópias do relatório	385
33.	Fase intermediária do procedimento do recurso	386
33.1.	Etapas do julgamento	387
33.2.	Abertura da sessão	387
33.3.	Ordem dos julgamentos: precedência obrigatória do agravo de instrumento ...	389
33.4.	Ordem dos julgamentos: as preferências legais, regimentais e voluntárias	392
33.5.	Exposição do relator	396
33.6.	Debate oral	397
33.6.1.	Casos de admissibilidade da sustentação oral	397
33.6.2.	Prazo da sustentação oral	400
33.6.3.	Conteúdo da sustentação oral	401
33.6.4.	Sustentação oral do Ministério Público	402
33.6.5.	Atitude dos julgadores perante a sustentação oral	402
33.6.6.	Forma da sustentação oral	402
33.7.	Deliberação do órgão fracionário	403
33.7.1.	Publicidade e garantias da deliberação	404
33.7.2.	Quórum da deliberação	405
33.7.3.	Ordem da deliberação	406
33.7.3.1.	Conceito de questão preliminar	408
33.7.3.2.	Espécies de questões preliminares	409
33.7.3.3.	Efeitos da apreciação das preliminares	409
33.7.3.4.	Iniciativa da suscitação da preliminar	410
33.7.3.5.	Ordem de votação das preliminares	411
33.7.3.6.	Consequências do julgamento da preliminar	412
34.	Incidentes no julgamento dos recursos	413
34.1.	Assunção de competência	414
34.1.1.	Pressupostos da assunção de competência	417
34.1.2.	Julgamento pendente	417
34.1.2.1.	Relevante questão de grande repercussão social	418
34.1.3.	Iniciativa da assunção de competência	419
34.1.4.	Oportunidade da assunção de competência	421
34.1.5.	Competência na admissão da assunção de competência	422
34.1.6.	Procedimento inicial da assunção de competência	422
34.1.7.	Procedimento final da assunção de competência	425
34.1.8.	Efeito da deliberação: o precedente	427
34.1.9.	Aplicação do direito à espécie	429
34.2.	Declaração incidental de inconstitucionalidade	430
34.2.1.	Objeto da arguição de inconstitucionalidade	431
34.2.2.	Legitimidade para arguir a inconstitucionalidade	432

34.2.3.	Oportunidade da arguição de inconstitucionalidade	432
34.2.4.	Procedimento inicial da arguição da constitucionalidade	432
34.2.4.1.	Audiência do Ministério Público e das partes na arguição ...	433
34.2.4.2.	Apreciação da arguição no órgão de origem	433
34.2.4.3.	Rejeição da arguição de inconstitucionalidade	434
34.2.4.4.	Desnecessidade da renovação do controle de constitucionalidade	434
34.2.4.5.	Acolhimento da arguição de inconstitucionalidade	435
34.2.4.6.	Descumprimento da cláusula de reserva do plenário	436
34.2.5.	Procedimento final da arguição da constitucionalidade	436
34.2.5.1.	Órgão competente para declarar a inconstitucionalidade ...	437
34.2.5.2.	Designação da data de julgamento da arguição	437
34.2.5.3.	Remessa de cópias do acórdão	437
34.2.5.4.	Intervenção de terceiros na arguição de inconstitucionalidade	438
34.2.5.5.	Quórum para declarar a inconstitucionalidade	439
34.2.5.6.	Efeitos da pronúncia da inconstitucionalidade	440
34.2.5.7.	Recorribilidade do pronunciamento incidental	441
34.2.6.	Retomada do julgamento no órgão fracionário	441
34.3.	Afetação do julgamento	442
34.3.1.	Oportunidade da afetação	443
34.3.2.	Pressupostos da afetação	443
34.3.3.	Iniciativa da afetação	444
34.3.4.	Desnecessidade de acórdão para afetar o julgamento	445
34.3.5.	Assunção ou rejeição da competência	445
34.3.6.	Escolha de novo relator	446
34.3.7.	Efeitos do julgamento em caso de afetação	446
34.4.	Conversão do julgamento em diligência	446
34.4.1.	Prazo da diligência	448
34.4.2.	Remessa dos autos ao juízo a quo	448
34.4.3.	Prosseguimento do julgamento	449
34.4.4.	Desnecessidade de acórdão	449
34.5.	Adiamento do julgamento por vista	450
34.5.1.	Legitimidade para pedir ou tomar vista	450
34.5.2.	Oportunidade do pedido de vista	451
34.5.3.	Prazo da vista	451
34.5.4.	Consequências da inobservância do prazo	453
34.6.	Constatação de fatos supervenientes e questões de ordem pública	454
34.6.1.	Iniciativa quanto à constatação	455

34.6.2.	Prazo de manifestação das partes.....	456
34.6.3.	Efeitos da preterição do contraditório	456
34.7.	Ampliação do quórum da deliberação	456
34.7.1.	Natureza da ampliação do quórum.....	459
34.7.2.	Cabimento da ampliação do quórum	460
34.7.3.	Formas da ampliação do quórum	462
34.7.4.	Prosseguimento do julgamento com o quórum ampliado	464
34.8.	Resolução de demandas repetitivas	465
34.8.1.	Natureza do incidente de resolução de demandas repetitivas	467
34.8.2.	Pressupostos do incidente de resolução de demandas repetitivas	468
34.8.3.	Objeto do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	469
34.8.4.	Iniciativa no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	470
34.8.5.	Instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	471
34.8.5.1.	Órgão competente para processar e julgar o incidente.....	471
34.8.5.2.	Instrução do pedido de instauração do incidente	472
34.8.5.3.	Controle da admissibilidade do incidente	472
34.8.5.4.	Intervenção do Ministério Público no incidente	473
34.8.6.	Efeitos da instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	473
34.8.7.	Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas	475
34.8.7.1.	Debate e instrução do incidente	475
34.8.7.2.	Prazo de julgamento do incidente	476
34.8.7.3.	Julgamento do incidente	476
34.8.8.	Efeitos da tese jurídica.....	477
34.8.9.	Revisão da tese jurídica	478
35.	Fase final do procedimento completo	479
35.1.	Formação do pronunciamento do órgão fracionário	479
35.1.1.	Dualidade de votos	480
35.1.2.	Igualdade de votos.....	481
35.1.3.	Disparidade de votos	483
35.2.	Proclamação do resultado	485
35.2.1.	Requisitos da proclamação	486
35.2.2.	Retificação da proclamação	487
35.3.	Modificação do voto	487
35.4.	Designação de redator para o acórdão	490
35.5.	Requisitos do acórdão	492
35.5.1.	Designação da peça representativa do julgamento colegiado.....	492
35.5.2.	Elementos do acórdão	493
35.5.3.	Forma do acórdão	495
35.6.	Publicação do acórdão	496
35.7.	Baixa dos autos ao juízo de origem	497

Parte II
RECURSOS EM ESPÉCIE

7. APELAÇÃO

36.	Origem histórica da apelação.....	500
37.	Avaliação crítica da finalidade da apelação.....	503
38.	Cabimento da apelação.....	505
38.1.	Critério de cabimento da apelação no direito anterior.....	506
38.2.	Critério de cabimento da apelação no direito vigente.....	512
38.3.	Casos de exclusão da apelação	516
38.4.	Cabimento da apelação contra sentença definitiva.....	518
38.5.	Cabimento da apelação contra sentença terminativa.....	519
39.	Efeitos da interposição da apelação.....	520
39.1.	Efeito devolutivo da apelação.....	520
39.1.1.	Material da cognição em primeiro grau	520
39.1.2.	Relação entre o objeto da apelação e o objeto do processo	527
39.1.3.	Dimensões do efeito devolutivo na apelação	528
39.1.4.	Extensão do efeito devolutivo da apelação	528
39.1.4.1.	Efeito devolutivo parcial e total da apelação	529
39.1.4.2.	Efeito devolutivo da apelação no processo cumulado (efeito expansivo)	531
39.1.4.3.	Efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa ...	536
39.1.4.4.	Efeito devolutivo da apelação quanto às questões de ordem pública	542
39.1.4.5.	Efeito devolutivo da apelação contra sentença definitiva ...	543
39.1.5.	Profundidade do efeito devolutivo	544
39.1.5.1.	Efeito devolutivo da apelação na cumulação de causas e de fundamentos da defesa	544
39.1.5.2.	Efeito devolutivo da apelação na cumulação de pedidos	546
39.1.5.3.	Efeito devolutivo da apelação quanto às questões da mesma classe.....	547
39.1.5.4.	Efeito devolutivo quanto às questões anteriores à sentença ...	547
39.1.6.	Efeito devolutivo no processo à revelia.....	549
39.2.	Efeito suspensivo	550
39.2.1.	Apelação sem efeito suspensivo.....	552
39.2.1.1.	Sentença homologatória da divisão e demarcação	552
39.2.1.2.	Sentença condenatória em alimentos	552
39.2.1.3.	Sentença de extinção ou de improcedência dos embargos...	553
39.2.1.4.	Sentença de procedência da instituição de arbitragem	554
39.2.1.5.	Sentença quanto à tutela provisória.....	555

39.2.1.6.	Sentença de interdição	556
39.2.1.7.	Demais casos de apelação sem efeito suspensivo	558
39.2.1.8.	Casos controversos de apelação sem efeito suspensivo	559
39.2.1.8.1.	Apelação nas possessórias.....	559
39.2.1.8.2.	Apelação no atentado.....	560
39.2.1.8.3.	Apelação no depósito.....	560
39.2.1.8.4.	Apelação no processo cumulado.....	561
39.2.2.	Proibição de inovar.....	563
39.2.3.	Cumprimento provisório da sentença	565
39.2.4.	Meios para alcançar a suspensão <i>ope iudicis</i>	567
40.	Interposição da apelação.....	571
40.1.	Considerações gerais.....	571
40.2.	Forma da interposição da apelação	572
40.3.	Conteúdo da petição de apelação	576
40.3.1.	Indicação do apelante e do apelado	576
40.3.2.	Exposição dos fundamentos do recurso	577
40.3.3.	Formulação do pedido de nova decisão.....	578
40.3.4.	Produção da prova documental e indicação dos demais meios de prova	579
40.4.	Suprimento dos defeitos da petição	580
41.	Suscitação de questões novas na apelação.....	580
41.1.	Fundamentos da apelação limitada	580
41.2.	Questões novas independentes da alegação de força maior	584
41.2.1.	Questões de direito não suscitadas na origem.....	585
41.2.2.	Questões de fato passíveis de apreciação <i>ex officio</i>	585
41.2.3.	Questões de fato constantes do processo	586
41.2.4.	Questões de fato supervenientes	586
41.2.5.	Necessidade de contraditório prévio	590
41.3.	Questões novas dependentes da alegação de força maior	590
42.	Recebimento da apelação.....	593
42.1.	Retratação da sentença.....	593
42.2.	Controle <i>per saltum</i> da admissibilidade da apelação	595
43.	Procedimento da apelação em primeiro grau	596
43.1.	Abertura de prazo para resposta	596
43.2.	Audiência do apelante.....	598
43.3.	Incidente de adesão.....	598
43.4.	Abertura de vista ao Ministério Público.....	598
43.5.	Remessa do processo ao tribunal.....	599
44.	Julgamento da apelação no tribunal.....	600

45.	Efeitos do julgamento da apelação.....	601
45.1.	Efeitos do julgamento do mérito da apelação.....	602
45.2.	Correção dos vícios de congruência e de fundamentação da sentença.....	603
45.3.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> na apelação.....	607
45.4.	Condenação nas despesas da sucumbência.....	607

8. AGRAVO DE INSTRUMENTO

46.	Origem histórica do agravo.....	609
47.	Avaliação crítica da finalidade do agravo.....	612
48.	Espécies de agravo.....	621
49.	Cabimento do agravo de instrumento.....	626
49.1.	Admissibilidade do agravo de instrumento nas tutelas provisórias.....	629
49.2.	Admissibilidade do agravo de instrumento na decisão de mérito.....	631
49.3.	Admissibilidade do agravo de instrumento na rejeição da convenção de arbitragem.....	631
49.4.	Admissibilidade do agravo de instrumento na desconsideração da personalidade jurídica.....	632
49.5.	Admissibilidade do agravo de instrumento na rejeição ou revogação da gratuidade.....	632
49.6.	Admissibilidade do agravo de instrumento na exibição ou posse de documento ou coisa.....	634
49.7.	Admissibilidade do agravo de instrumento na exclusão de litisconsorte.....	634
49.8.	Admissibilidade do agravo de instrumento na limitação do litisconsórcio.....	635
49.9.	Admissibilidade do agravo de instrumento na intervenção de terceiros.....	636
49.10.	Admissibilidade do agravo de instrumento no efeito suspensivo dos embargos à execução.....	636
49.11.	Admissibilidade do agravo de instrumento na redistribuição do ônus da prova.....	637
49.12.	Admissibilidade do agravo de instrumento nos casos previstos na lei.....	638
49.13.	Admissibilidade do agravo de instrumento na liquidação, na execução e no inventário.....	641
49.14.	Inadmissibilidade do agravo contra as omissões do órgão judiciário.....	643
50.	Procedimento do agravo de instrumento.....	643
50.1.	Interposição do agravo de instrumento.....	644
50.1.1.	Forma da interposição e endereçamento ao tribunal competente.....	644
50.1.2.	Conteúdo e forma da petição de agravo de instrumento.....	647
50.1.3.	Prazo do agravo de instrumento.....	654
50.1.4.	Comunicação da interposição ao juízo de primeiro grau.....	655
50.2.	Distribuição do agravo de instrumento.....	657
50.3.	Providências do relator.....	657
50.3.1.	Julgamento liminar do agravo de instrumento.....	658

50.3.2.	Suspensão dos efeitos da decisão agravada e antecipação dos efeitos da pretensão recursal.....	658
50.3.3.	Intimação do agravado	661
50.3.4.	Intimação do Ministério Público	664
50.4.	Conteúdo e forma da resposta do agravado	664
50.5.	Retratação da decisão e seus efeitos	665
50.6.	Providências subsequentes.....	666
51.	Efeitos da interposição do agravo de instrumento	667
51.1.	Efeito devolutivo.....	667
51.1.1.	Extensão do efeito devolutivo	668
51.1.2.	Profundidade do efeito devolutivo	669
51.2.	Efeito suspensivo	670
52.	Julgamento do agravo de instrumento	674
52.1.	Julgamento do agravo de instrumento	674
52.2.	Conflito entre a retratação e o desprovidimento do agravo de instrumento.....	676
53.	Efeitos do julgamento do agravo de instrumento.....	677

9. AGRAVO INTERNO

54.	Origem e evolução do agravo interno	679
55.	Amplitude do cabimento do agravo interno.....	683
55.1.	Agravo interno nos recursos especial e extraordinário	685
55.2.	Agravo interno na concessão de efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da pretensão recursal	689
55.3.	Agravo interno no conflito de competência.....	692
55.4.	Agravo interno na suspensão de liminar ou sentença.....	693
55.5.	Agravo interno contra ato do presidente de tribunal superior, de seção, de turma ou de relator	696
56.	Procedimento do agravo interno.....	697
56.1.	Objeto do agravo interno	697
56.2.	Prazo de interposição do agravo interno	698
56.3.	Forma e conteúdo do agravo interno.....	699
56.4.	Efeitos da interposição do agravo interno	700
56.5.	Contraditório no agravo interno	701
56.6.	Intimação do Ministério Público	703
56.7.	Retratação da decisão agravada	703
56.8.	Necessidade da publicação da pauta no agravo interno	704
57.	Julgamento do agravo interno.....	705
58.	Efeitos do julgamento do agravo interno	706
59.	Aplicação de multa ao agravante.....	707

10. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

60.	Origem e evolução histórica dos embargos de declaração	709
61.	Conceito e natureza jurídica dos embargos de declaração	712
62.	Avaliação crítica dos embargos de declaração	715
63.	Cabimento dos embargos de declaração	716
63.1.	Provimentos embargáveis	716
63.1.1.	Cabimento dos embargos de declaração contra sentenças	718
63.1.2.	Cabimento dos embargos de declaração contra acórdãos	718
63.1.3.	Cabimento dos embargos de declaração contra decisões interlocutórias	720
63.1.4.	Cabimento dos embargos de declaração contra decisões do relator	722
63.1.5.	Cabimento dos embargos de declaração contra despachos.....	723
63.2.	Defeitos típicos embargáveis	724
63.2.1.	Omissão (prequestionamento).....	725
63.2.1.1.	Caracterização da omissão	725
63.2.1.2.	Causa da omissão	729
63.2.1.3.	Objeto da omissão	729
63.2.1.4.	Prequestionamento	733
63.2.2.	Obscuridade	740
63.2.3.	Contradição	741
63.2.4.	Erro material	743
63.2.5.	Dúvida.....	744
63.3.	Defeitos atípicos embargáveis	745
64.	Efeitos da interposição dos embargos de declaração	748
64.1.	Efeito devolutivo dos embargos de declaração	749
64.2.	Efeito suspensivo dos embargos de declaração.....	751
64.3.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração	753
64.3.1.	Objeto do efeito interruptivo.....	753
64.3.2.	Contagem do prazo interrompido	754
64.3.3.	Destinatários da interrupção	755
64.3.4.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração inadmissíveis.....	757
65.	Procedimento dos embargos de declaração.....	759
65.1.	Interposição dos embargos de declaração.....	759
65.2.	Controle da admissibilidade pelo relator.....	762
65.3.	Abertura de prazo para resposta do embargado	763
65.4.	Prazo para julgamento dos embargos de declaração	765
66.	Julgamento dos embargos de declaração.....	767
66.1.	Competência para julgar os embargos de declaração.....	767
66.2.	Dispensa da intimação prévia das partes	769

66.3.	Impossibilidade de debate oral	769
66.4.	Julgamento dos embargos de declaração no tribunal.....	770
67.	Efeitos do julgamento dos embargos de declaração	772
67.1.	Efeito modificativo.....	773
67.1.1.	Efeito infringente	774
67.1.2.	Integração do julgamento dos embargos ao provimento impugnado...	776
67.2.	Limites à <i>reformatio in pejus</i> nos embargos de declaração	777
67.3.	Reiteração dos embargos de declaração	778
67.3.1.	Casos de inadmissibilidade da reiteração dos embargos de declaração	778
67.3.2.	Repressão aos embargos manifestamente protelatórios	779
67.3.2.1.	Problema de política legislativa	779
67.3.2.2.	Destinatários da sanção pecuniária	779
67.3.2.3.	Caracterização do manifesto caráter protelatório	780
67.3.2.4.	Reiteração da sanção pecuniária nos embargos protelatórios	781
67.3.2.5.	Cumulação de sanções pecuniárias nos embargos protelatórios.....	781
67.3.2.6.	Proibição dos embargos declaratórios	782

11. RECURSO ORDINÁRIO

68.	Origem e evolução do recurso ordinário	783
69.	Natureza do recurso ordinário	788
70.	Confronto e semelhanças entre o recurso ordinário e a apelação	790
71.	Definição de recurso ordinário	793
72.	Avaliação crítica do recurso ordinário.....	793
73.	Cabimento do recurso ordinário.....	794
73.1.	Cabimento do recurso ordinário contra provimentos colegiados.....	794
73.1.1.	Natureza e conteúdo do provimento denegatório.....	794
73.1.2.	Caráter final do provimento denegatório.....	797
73.1.3.	Denegação de mandado de segurança	798
73.1.4.	Denegação de <i>habeas data</i>	801
73.1.5.	Denegação de mandado de injunção	804
73.1.6.	Denegação de <i>habeas corpus</i>	806
73.2.	Cabimento do recurso ordinário contra provimentos singulares.....	809
74.	Condições de admissibilidade do recurso ordinário	811
74.1.	Cabimento do recurso ordinário: fungibilidade	811
74.2.	Legitimidade para interpor recurso ordinário	812
74.3.	Prazo da interposição do recurso ordinário.....	813

74.4.	Regularidade formal do recurso ordinário.....	813
74.5.	Preparo do recurso ordinário.....	814
75.	Efeitos da interposição do recurso ordinário.....	814
75.1.	Efeito devolutivo.....	814
75.2.	Efeito suspensivo	817
76.	Procedimento do recurso ordinário	819
76.1.	Procedimento do recurso ordinário no órgão <i>a quo</i>	819
76.2.	Procedimento do recurso ordinário no órgão <i>ad quem</i>	820
77.	Efeitos do julgamento do recurso ordinário.....	821

12. RECURSO EXTRAORDINÁRIO

78.	Origem e evolução histórica do recurso extraordinário	824
79.	Função constitucional do recurso extraordinário	832
80.	Denominação do recurso	834
81.	Regimes do recurso extraordinário	836
82.	Cabimento do recurso extraordinário.....	836
82.1.	Condições genéricas do cabimento do recurso extraordinário	837
82.1.1.	Esgotamento das vias recursais ordinárias.....	837
82.1.1.1.	Recorribilidade dos provimentos de primeiro grau	838
82.1.1.2.	Recorribilidade dos provimentos de segundo grau.....	839
82.1.2.	Prequestionamento da questão constitucional	843
82.1.3.	Ofensa direta à norma constitucional	850
82.1.4.	Repercussão geral da questão constitucional.....	852
82.1.4.1.	Confronto entre a repercussão geral e a arguição de relevância.....	855
82.1.4.2.	Origem da repercussão geral	856
82.1.4.3.	Localização da repercussão geral no juízo de admissibilidade	858
82.1.4.4.	Fatores que determinam a existência e a inexistência da repercussão geral.....	860
82.2.	Condições específicas do cabimento do recurso extraordinário	863
82.2.1.	Provimento que contraria norma constitucional.....	867
82.2.2.	Provimento que declara a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal	869
82.2.3.	Provimento que julga válida lei ou ato de governo local contestado perante norma constitucional	870
82.2.4.	Provimento que declara válida lei local contestada perante lei federal....	871
83.	Efeitos da interposição do recurso extraordinário	874
83.1.	Efeito devolutivo do recurso extraordinário.....	875

83.2.	Efeito suspensivo do recurso extraordinário	879
83.2.1.	Caráter provisório da execução na pendência do extraordinário	879
83.2.2.	Competência para atribuir efeito suspensivo ao extraordinário	880
83.2.3.	Forma da obtenção do efeito suspensivo no extraordinário.....	884
83.2.4.	Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no extraordinário	885
84.	Procedimento do recurso extraordinário	886
84.1.	Procedimento do recurso extraordinário no tribunal de origem.....	887
84.1.1.	Prazo de interposição do extraordinário.....	887
84.1.1.1.	Termo inicial do prazo do extraordinário perante decisão majoritária	888
84.1.1.2.	Ônus de interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	888
84.1.1.3.	Controle da tempestividade do recurso extraordinário	889
84.1.2.	Forma e conteúdo da interposição do recurso extraordinário	890
84.1.2.1.	Endereçamento da petição de interposição ao órgão competente	891
84.1.2.2.	Regularidade formal do recurso extraordinário.....	892
84.1.2.2.1.	Identificação das questões de fato e constitucional.....	893
84.1.2.2.2.	Demonstração do cabimento do extraordinário.....	893
84.1.2.2.3.	Demonstração da repercussão geral da questão constitucional.....	894
84.1.2.2.4.	Exposição das razões de provimento do extraordinário	896
84.1.2.2.5.	Pedido de reforma ou de invalidação do provimento recorrido.....	896
84.1.3.	Preparo do recurso extraordinário.....	896
84.1.4.	Formação do contraditório no recurso extraordinário	897
84.1.5.	Incidente de adesão ao recurso extraordinário	898
84.1.6.	Suspensão nacional no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	899
84.1.7.	Controle do recurso extraordinário no tribunal de origem.....	901
84.1.7.1.	Prazo do pronunciamento do presidente ou do vice-presidente	901
84.1.7.2.	Motivação do pronunciamento do presidente ou do vice-presidente	901
84.1.7.3.	Negativa de seguimento ao recurso extraordinário	902
84.1.7.4.	Retratação do acórdão divergente do precedente do STF....	903
84.1.7.5.	Suspensão em razão do regime de recursos extraordinários repetitivos	904
84.1.7.6.	Seleção do acórdão representativo da controvérsia constitucional.....	906
84.1.7.7.	Juízo de admissibilidade do recurso extraordinário	907

84.1.8.	Interposição de agravo interno contra a decisão do presidente ou do vice-presidente	908
84.1.9.	Interposição de agravo contra a decisão de inadmissibilidade do extraordinário	909
84.1.9.1.	Prazo de interposição do agravo para o STF	909
84.1.9.2.	Regularidade formal do agravo para o STF	910
84.1.9.3.	Motivação do agravo para o STF	910
84.1.9.4.	Trâmites do agravo no órgão de origem	911
84.1.9.5.	Procedimento do agravo no STF	911
84.1.9.6.	Interposição de agravo interno contra ato do relator no STF	912
84.2.	Procedimento do recurso extraordinário sob repercussão geral no STF	913
84.2.1.	Relação entre os recursos extraordinário e especial	914
84.2.2.	Fungibilidade do recurso extraordinário na ofensa reflexa	915
84.2.3.	Distribuição do recurso extraordinário no STF	915
84.2.4.	Atribuições do relator no STF	916
84.2.5.	Julgamento do recurso extraordinário no STF	917
85.	Regime dos recursos extraordinários repetitivos	919
85.1.	Iniciativa da afetação ao regime dos recursos extraordinários repetitivos	919
85.2.	Seleção dos recursos extraordinários representativos da controvérsia	920
85.3.	Exclusão do recurso extraordinário intempestivo	920
85.4.	Decisão de afetação dos recursos extraordinários	920
85.5.	Prazo de julgamentos dos recursos afetados e renovação da afetação	921
85.6.	Exclusão do recurso extraordinário diferente	922
85.7.	Instrução dos recursos extraordinários repetitivos	923
85.8.	Julgamento dos recursos extraordinários repetitivos	923
85.9.	Efeitos do julgamento dos recursos extraordinários repetitivos nos processos suspensos	924
86.	Efeitos do julgamento do recurso extraordinário	924
86.1.	Efeitos da inadmissibilidade do extraordinário	925
86.2.	Efeitos do julgamento do mérito do extraordinário	926
86.2.1.	Eficácia substitutiva do provimento impugnado	928
86.2.2.	Eficácia da declaração da inconstitucionalidade	929
86.2.2.1.	Extensão da eficácia do julgamento pelo Senado Federal ...	931
86.2.2.2.	Formulação de regra jurídica abstrata	932
86.2.3.	Declaração da existência de repercussão geral	933
86.3.	Impugnação do julgamento do recurso extraordinário	933

13. RECURSO ESPECIAL

87.	Localização do recurso especial no quadro geral dos recursos	936
88.	Origem do recurso especial	936

89. Finalidade constitucional do recurso especial	939
90. Denominação do recurso	941
91. Cabimento do recurso especial	942
91.1. Condições genéricas do cabimento do recurso especial	943
91.1.1. Esgotamento das vias recursais ordinárias	943
91.1.2. Prequestionamento da questão federal	946
91.2. Condições específicas do cabimento do recurso especial	950
91.2.1. Caracterização da questão federal	950
91.2.2. Provimento que contraria ou nega vigência a tratado ou lei federal	956
91.2.3. Provimento que julga válido ato do governo local perante lei federal	960
91.2.4. Provimento que confere à lei federal interpretação divergente de outro tribunal	960
91.2.4.1. Identidade do objeto do dissídio	962
91.2.4.2. Natureza federal do dissídio	962
91.2.4.3. Atualidade do dissídio	962
91.2.4.4. Diversidade de tribunais no dissídio	963
92. Efeitos da interposição do recurso especial	964
92.1. Efeito devolutivo do recurso especial	965
92.2. Efeito suspensivo do recurso especial	968
92.2.1. Caráter provisório da execução na pendência do recurso especial	969
92.2.2. Competência para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial	969
92.2.3. Forma da obtenção do efeito suspensivo no recurso especial	972
92.2.4. Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no recurso especial	973
93. Procedimento do recurso especial	973
93.1. Procedimento do recurso especial no tribunal de origem	974
93.1.1. Prazo de interposição do recurso especial	974
93.1.1.1. Recurso especial interposto antes da intimação	975
93.1.1.2. Controle da tempestividade do recurso especial no protocolo integrado	976
93.1.2. Forma e conteúdo da petição de interposição do recurso especial	977
93.1.2.1. Endereçamento da petição de interposição do recurso especial	978
93.1.2.2. Regularidade formal no recurso especial	978
93.1.2.2.1. Identificação das questões de fato e federal	979
93.1.2.2.2. Demonstração do cabimento do recurso especial	979
93.1.2.2.3. Comprovação do dissídio jurisprudencial	980
93.1.2.2.4. Exposição das razões para o provimento do recurso especial	982
93.1.2.2.5. Pedido de reforma ou de invalidação do provimento recorrido	983

93.1.3.	Preparo do recurso especial	983
93.1.4.	Formação do contraditório no recurso especial.....	984
93.1.5.	Incidente de adesão no recurso especial	985
93.1.6.	Suspensão nacional do incidente de resolução de demandas repetitivas	986
93.1.7.	Controle do recurso especial	987
93.1.7.1.	Negativa de seguimento ao recurso especial.....	988
93.1.7.2.	Retratação do acórdão divergente do precedente do STJ.....	988
93.1.7.3.	Suspensão em razão do regime dos recursos especiais repetitivos	989
93.1.7.4.	Seleção do acórdão representativo da controvérsia federal ...	991
93.1.7.5.	Juízo de admissibilidade do recurso especial.....	993
93.1.8.	Interposição do agravo contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial.....	995
93.1.8.1.	Prazo de interposição do agravo para o STJ	995
93.1.8.2.	Regularidade formal do agravo para o STJ	996
93.1.8.3.	Motivação do agravo para o STJ.....	997
93.1.8.4.	Trâmites do agravo no tribunal de origem	997
93.1.8.5.	Procedimento do agravo no STJ	998
93.1.8.6.	Interposição de agravo interno contra ato do relator no STJ	998
93.1.9.	Interposição conjunta dos recursos especial e extraordinário e a repercussão geral	999
93.2.	Procedimento do recurso especial no STJ.....	1001
93.2.1.	Procedimento comum do recurso especial	1001
93.2.2.	Procedimento dos recursos especiais repetitivos	1002
93.2.2.1.	Iniciativa da afetação ao regime dos recursos especiais repetitivos	1002
93.2.2.2.	Seleção dos recursos especiais representativos da controvérsia.....	1002
93.2.2.3.	Exclusão do recurso especial intempestivo	1003
93.2.2.4.	Decisão de afetação dos recursos especiais	1003
93.2.2.5.	Prazo de julgamento dos recursos afetados e renovação da afetação	1004
93.2.2.6.	Exclusão do recurso especial diferente.....	1004
93.2.2.7.	Instrução dos recursos especiais repetitivos	1005
93.2.2.8.	Julgamento dos recursos especiais repetitivos.....	1006
93.2.2.9.	Efeitos do julgamento dos recursos especiais repetitivos nos processos suspensos.....	1006
94.	Efeitos do julgamento do recurso especial	1007
94.1.	Efeitos da inadmissibilidade do recurso especial.....	1007
94.2.	Efeitos do julgamento do mérito do recurso especial	1008

14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

95. Origem e evolução histórica dos embargos de divergência	1013
96. Finalidade dos embargos de divergência.....	1018
97. Avaliação crítica dos embargos de divergência.....	1019
98. Cabimento dos embargos de divergência.....	1020
98.1. Atributos do acórdão embargado	1021
98.2. Atributos do acórdão paradigma	1027
99. Condições de admissibilidade dos embargos de divergência.....	1030
99.1. Cabimento dos embargos de divergência: fungibilidade	1030
99.2. Prazo de interposição dos embargos de divergência	1031
99.3. Regularidade formal dos embargos de divergência.....	1032
99.3.1. Demonstração da divergência.....	1033
99.3.2. Comprovação da divergência	1035
99.4. Preparo dos embargos de divergência.....	1035
100. Efeitos da interposição dos embargos de divergência.....	1036
100.1. Efeito devolutivo dos embargos de divergência.....	1036
100.2. Efeito suspensivo dos embargos de divergência	1038
100.3. Efeito interruptivo dos embargos de divergência.....	1039
101. Procedimento dos embargos de divergência	1039
101.1. Competência para julgar os embargos de divergência no STF	1040
101.2. Competência para julgar os embargos de divergência no STJ	1040
101.3. Atitudes iniciais do relator	1042
101.4. Abertura de vista ao embargado	1043
101.5. Abertura de vista ao Ministério Público.....	1043
101.6. Atitudes subsequentes do relator	1044
101.6.1. Retratação do juízo positivo de admissibilidade	1044
101.6.2. Julgamento do mérito dos embargos de divergência.....	1044
101.6.3. Pedido de dia para julgamento	1045
102. Julgamento dos embargos de divergência	1046
103. Efeitos do julgamento dos embargos de divergência	1046

Parte III

DEMAIS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

15. SUCEDÂNEOS RECURSAIS

104. Definição de sucedâneo recursal no direito brasileiro	1049
105. Origem e evolução dos sucedâneos recursais.....	1054

106. Remessa necessária.....	1058
106.1. Origem e evolução histórica da apelação <i>ex officio</i>	1058
106.2. Institutos similares à apelação <i>ex officio</i> no direito estrangeiro.....	1063
106.3. Natureza jurídica da remessa necessária.....	1063
106.4. Cabimento da remessa necessária.....	1069
106.5. Efeitos da pendência da remessa necessária.....	1074
107. Correição parcial.....	1075
107.1. Origem e evolução histórica da correição parcial.....	1076
107.2. Natureza jurídica da correição parcial.....	1077
107.3. Cabimento da correição parcial.....	1079
107.4. Efeitos da interposição da correição parcial.....	1080
108. Pedido de reconsideração.....	1081
108.1. Origem e evolução histórica do pedido de reconsideração.....	1081
108.2. Cabimento do pedido de reconsideração.....	1083
108.3. Efeitos da interposição do pedido de reconsideração.....	1083
109. Suspensão da liminar.....	1084
109.1. Origem e evolução histórica da suspensão da liminar.....	1084
109.2. Natureza jurídica da suspensão da liminar.....	1085
109.3. Cabimento da suspensão da liminar.....	1087
109.4. Efeitos da interposição da suspensão da liminar.....	1088
110. Agravo regimental.....	1090
110.1. Origem e evolução histórica do agravo regimental.....	1091
110.2. Natureza jurídica do agravo regimental.....	1092
110.3. Cabimento do agravo regimental.....	1094
110.4. Efeitos da interposição do agravo regimental.....	1094

16. RECLAMAÇÃO

111. Origem e evolução da reclamação.....	1097
112. Natureza jurídica da reclamação.....	1099
113. Finalidades da reclamação.....	1100
114. Cabimento da reclamação.....	1101
114.1. Preservação da competência do tribunal.....	1101
114.2. Garantia da autoridade da decisão do tribunal.....	1102
114.3. Garantia de súmula vinculante e de decisão no controle concentrado de constitucionalidade.....	1103
114.4. Garantia do precedente nos incidentes de resolução de demandas repetitivas e assunção de competência.....	1104
115. Procedimento da reclamação.....	1104
115.1. Competência na reclamação.....	1105

115.2. Legitimidade ativa de passiva na reclamação.....	1105
115.3. Oportunidade da reclamação	1106
115.4. Forma e conteúdo da petição inicial da reclamação.....	1107
115.5. Poderes do relator na reclamação	1108
115.6. Contraditório na reclamação.....	1109
116. Julgamento da reclamação e seus efeitos.....	1109
BIBLIOGRAFIA	1111
ÍNDICE LEGISLATIVO	1161
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1189
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	1211